
A HISTÓRIA AMBIENTAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes
IFPB – Campus Cajazeiras
cliohistoria@gmail.com

O estudo da natureza relacionada às ações humanas não pode ser levado em conta com um modismo, pois há muito que se produz um debate sobre esta questão ambiental. Para se ter uma idéia, desde o século XVIII que pensadores no Brasil têm produzido uma reflexão em torno do homem e da natureza e da crítica ambiental(cf. PÁDUA, 2002). É lógico, que hoje, se formos pensar as pesquisas na área ambiental e as preocupações que estas nos têm chamado atenção, sentimos que o fator meio ambiente ganhou grande relevância. Eis uma oportunidade para incluirmos com mais veemência essa variável em nossos estudos. Não falo em deixar de lado os outros aspectos possíveis de serem explorados, a produção, a tecnologia, etc. Mas incluir com mais responsabilidade o estudo da relação homem-natureza aliada às mais variadas questões absorvidas pela produção historiográfica.

Por mais que exista um tempo geológico e que neste a vida humana, não passa de uma mínima participação, a história como ciência social, levando em conta o tempo, o homem e natureza, vem demonstrar que apesar de mínima, cronologicamente, em relação ao tempo de existência da terra, a sua participação tem um profundo impacto que corresponderia a milhares ou milhões de anos de ação geológica natural.

A questão é que o homem acelerou e retardou muito coisa na natureza, interferiu de forma marcante e que, portanto, nem homem nem natureza têm importância mais que um ou outro. Assim, as ciências sociais, através da história ambiental, vêm abrir uma roda de debate e pesquisas que não podem ser ignoradas ou colocadas como inferiores, já que também é necessária uma consciência sobre a natureza.

Questões sociais estão relacionadas a fatores naturais, ora em maior, ora em menor medida. Assim, por exemplo, conhecer a sociedade que habitava o sertão de

Piranhas e Piancó (atual alto sertão da Paraíba) no século XVIII, implica estudar, além da cultura social, levar em conta os fatores naturais e geográficos que lá estavam envolvidos como a hidrografia, o relevo, o clima, a flora, a fauna. Estas variáveis naturais também influenciavam na vida social, econômica e cultura da citada sociedade.

Assim como na escrita da história, a preocupação com a inter-relação paisagem social e paisagem cultural (produzida pela intervenção humana) deve estar presente no ensino de história. O saber escolar, a nosso ver, não deve ser visto como espaço de “transposição didática” dos conhecimentos ditos superiores e eruditos, pois a escola não é um lugar de saberes inferiores. Muito pelo contrário. É na escola que muitos cidadãos têm acesso às mais variadas ciências e a partir delas, podem optar (ou não) pela continuidade e aprofundamento desses saberes no decorrer de sua vida.

Na escola aprendem-se novos saberes “não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 1996, p. 68). Através desse prisma, a escola passa ter um novo prisma: o da ação baseada na reflexão. A escola que faz pensar e leva a agir. Pode não mudar o mundo inteiro, mas incita a transformar realidades próximas. Entre esses saberes que estimulam reflexão e ação estão os saberes históricos que a partir do ensino de história pode proporcionar ao aluno uma consciência crítica de si e da coletividade que está ao seu redor com suas nuances e complexidades, ou seja, uma consciência do meio onde vive.

Essa capacidade que o ensino tem de transformar realidade foi tolhido durante muito tempo pelos direcionamentos educativos do Estado no Brasil e no caso do ensino de história, predominou durante anos, a transmissão de valores que preservavam a ordem e que fortaleciam o sentimento de nação e obediência a pátria.

Desse modo, a história servia para dar suporte a uma educação homogeneizadora da cultura, dentro de uma perspectiva da elite branca e eurocêntrica. A didática do professor de história baseava-se na memorização mecânica, tornando a sala de aula um lugar de transmissão de conhecimento, onde o aluno era um receptor passivo de datas e fatos (BITTENCOURT, 2008). Era uma história cronológica, aditiva e enfadonha e que o “mestiço”, o plural, as minorias e diferentes sujeitos não tinham oportunidade na História.

Esse contexto vem mudando e é pensando na renovação que vem acontecendo no Ensino de História que propomos a sensibilização do olhar de professores e alunos para novos temas e perspectivas possíveis na história, como a história ambiental. Dentro desse ramo historiográfico, o tempo e o homem não deixam de ser matéria prima. Todavia, lançar um olhar mais atento sobre a relação de interdependência entre o meio físico-natural e as relações sociais só vem enriquecer o ensino de história que por sua vez não perde seu foco no estudo do homem no tempo e suas relações sociais, experiências políticas, econômicas e culturais. Assim, o fator tempo, continua sendo um norte da prática historiográfica e em mesma medida, centro das atenções do professor de história.

A história ambiental adentra os estudos históricos a partir do momento que pesquisadores se sensibilizam para a relação entre a paisagem natural e paisagem cultural. Pode ser que a antiga disputa por espaço e reconhecimento das ciências sociais, tenha influenciado certo negligenciamento dos aspectos estudados pelas ciências naturais em estudos das ciências humanas por algum tempo, todavia a parceria entre a geografia e a história pode ser percebida em Fernand Braudel com a sua obra “O Mediterrâneo” e em um de seus principais discípulos, Emmanuel Le Roy Ladurie com “Os camponeses de Languedoc”. Ambos apresentam um grande interesse pelo meio físico como elemento para escrever história (BURKE, 1997).

Portanto a interdisciplinaridade entre o estudo da história e o estudo da natureza pode permitir novas abordagens históricas em sala de aula: por que não acrescentar no debate sobre o tráfico de escravos, a importância das correntes marítimas do Oceano Atlântico? Por que não relacionar a destruição da Mata Atlântica brasileira com o avanço da ocupação portuguesa e do mercantilismo na América? Por que não falar da formação da construção agrária e os usos da terra por camponeses livres e pobres? Ou então debater a relação dos homens com os rios ou as zonas de chapadas mais frias e mais refrigeradas, lugares de refúgio durante as grandes secas?

Os mares, os rios, as chapadas, o tipo de terra, a fauna, a flora, o clima. São elementos da natureza que influenciam na construção histórica de uma sociedade, nas rotas de transumância de um povo, nos hábitos e costumes de muitos, enfim, até as relações sociais de trabalho são permeadas pelo meio de vivência.

Os rastros das ações humanas e/ou naturais deixados inscritos na natureza são marcas do passado, não muito fáceis de serem apagadas. Assim, o debruçar-se sobre a geografia, a botânica, hidrografia e outras ciências da natureza, pode aguçar o historiador e o professor de história a descortinar detalhes sutis que poucos se aguçam a notar. Levantar debates sobre ocupações humanas, avanços tecnológicos, sobrevivência de comunidades indígenas, velhos hábitos e costumes de uma determinada comunidade.

Em muitos assuntos de história, os elementos da natureza, são personagens importantes e estes são muitas vezes, silenciados, esquecidos. Especialmente na sala de aula, onde, devido a tantas dificuldades do dia-a-dia, a prática de ensino é extremamente compartimentada. Onde um saber, tende a não dialogar com o outro.

Professor e aluno só passarão a ter gosto pela História se assumirem a postura de pesquisadores e assim, tornar a sala de aula um grande laboratório de experimentos e achados. Um dos prazeres do historiador está em buscar decifrar o passado a partir de seus indícios e fontes históricas, não seria diferente em sala de aula. Não significa tornar o ensino escola básico em acadêmico, mas tornar o processo de ensino e aprendizagem em um campo de busca, de descobertas, utilizando aos mais diferentes meios, inclusive, a leitura das paisagens.

Entendamos que a sala de aula, não pode ser vista de forma reducionista, ou seja, limitada às quatro paredes convencionais que conhecemos. Ela se estende às leituras propostas feitas na biblioteca ou na praça, as pesquisas de internet para resolver uma pergunta, ao debate nos corredores a partir de um tema instigante.

Os historiadores ambientais têm utilizados diferentes tipos de fontes para produzir suas narrativas: a imprensa, leis, inventários *post mortem*, dados demográficos, etc. Todavia, para o professor em sala de aula, destacaria os relatos de viajantes e as pinturas naturalistas. Estes são documentos muito inspiradores para o universo da discussão em sala de aula.

Junto com aspectos culturais do autor e da obra, podemos absorver, através das pinturas e relatos, um conjunto de dados da natureza que cercava o ambiente social estudado, tornando possível inclusive a conjecturar os usos cotidianos do meio e seus elementos de fauna, flora, hidrografia e paisagens.

Para exemplificarmos, podemos citar Henry Koster. Inglês que veio para o Pernambuco e que viajou pelo sertão nordestino no início do século XIX e acabou por registrar interessantes relatos de sua viagem. Sua narrativa permite termos uma noção de alguns hábitos e costumes dos sujeitos que habitavam o sertão nordestino e ao mesmo tempo, sua descrição muito detalhada, no faz visualizar a paisagem que vigorava naquela temporalidade.

A região que percorri, vindo do Natal, qualquer que seja o estado de seu progresso e desenvolvimento de sua população, jamais será difícil. Creio que é, sem dúvida, possível melhorá-la cavando poços, construindo reservatórios para água pluvial e, sobretudo plantando árvores. As Campinas, através das quais viajei, são de três espécies. As de solo arenoso e movediço, produzindo o caju, a mangaba e muitos tipos de palmeiras; sobre ela a relva é curta e de nutrição deficiente. Nesses lugares crescem plantas rampantes, iguais às que se vêem ao longo do mar na Inglaterra. As árvores são esparsas. [...] A estrada em muitos lugares passa no meio desses matagais e como eles não dão sombra e impedem o vento de refrescar, é aí que a intensidade do calor se faz fortemente sentir. [...] O solo, pedregoso em determinadas paragens, sobre e desce, não a ponto de constituir cordilheira, mas interrompendo o aspecto monótono desse mar sem praias donde se viaja muitas horas com a impressão de não se ter mudado de lugar. (KOSTER, 2003 [1816], p. 146-147).

A citação pode ter sido um pouco longa, mas era necessária para que pudéssemos perceber, a partir desse viajante, que muita coisa não mudou, em se tratando de sertão nordestino. Estudar a história desse lugar e seus interiores, em sala de aula, é muito importante, particularmente para os estudantes de história que nele habitam, pois assim a história ensinada passa a facilitar a construção de um conhecimento de si e sentimento de pertença, fazendo-o colocar-se como parte de um lugar que tem um contexto histórico. Um lugar narrado e vivido em tempos remotos e que possui distanciamentos e aproximações do que se vê hoje. Um exemplo é o debate em torno da água que é histórico e antigo e em Koster, podemos ter noções do que se pensava sobre essa temática naquela temporalidade.

Vejamos, também, as pinturas abaixo produzidas por Albert Eckhout, pintor holandês que retratou nativos brasileiros a pedido de Maurício de Nassau na primeira metade do século XVII.



Figura 1 - Albert Eckhout. Mulher Tupi. 1641. Óleo sobre tela. 163 x 272 cm. Nationalmuseet, Copenhague, Dinamarca.

Na figura 1, o quadro Mulher Tupi, podemos ver os produtos confeccionados artesanalmente com plantas da terra e cabaça, além de árvores frutíferas como a bananeira, flores e um sapo que é típico do nordeste. Ao fundo, pode-se perceber a representação da intervenção humana na natureza, demonstrando um momento de apropriação mercantil da terra para produção, quem sabe, em larga escala na agricultura para fins comerciais.



Figura 2 - Albert Eckhout. Mulher Tapuia. 1641. Óleo sobre tela. 264 x 159 cm. Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

A figura 2 não é diferente. A mulher nativa é retratada de modo a passar um sentido de incivilidade e inferioridade em relação ao europeu, e aspectos da natureza sobressaltam aos olhos de quem vê e inclusive o relevo é representado ao fundo para dar uma noção geral da paisagem.

Dessas duas imagens, vemos muito do que o europeu representava sobre o homem nativo brasileiro. Um texto cultural pode ser extraído, mas outros aspectos podem ser explorados em sala de aula como a mata, a flora, a fauna e, em mesma medida, abrir um debate em torno dos usos que se fazia deste meio.

Não se trata de acreditar em determinismos naturais, mas levar em conta que existe influência do natural sobre o social, e que, portanto deve-se

ficar claro que pensar sobre a relação entre o ‘tempo geológico’ e o ‘tempo social’, combinar a história natural com a história social, colocar a sociedade na natureza, enfim – implica necessariamente *atribuir aos componentes naturais ‘objetivos’ a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas.* (DRUMMOND, 1991, p. 181, grifo do autor).

Os historiadores ambientais, assim como outros atuantes no ofício de produzir narrativas históricas, utilizam a técnica do “trabalho de campo”. Este mecanismo

também é muito importante para se ensinar e aprender história, especialmente, quando se quer levar em conta a natureza.

A sala de aula, limitada a livros didáticos, é incapaz de ser um lugar de construção permanente de saber. Pode se tornar de transmissão, mas isso não é o suficiente no processo de ensino e aprendizagem. Assim, programas e atividades de campo, ir às nascentes, entrevistar pessoas, conhecer paisagens onde o homem, com a sua cultura rural e urbana, deixou marcas é de suma importância para construção do conhecimento histórico por parte de alunos e professores.

Muitos professores podem afirmar que o estudo de campo é para o professor de geografia ou biologia. Mas os professores da área das ciências sociais também devem utilizar esta técnica para ensinar e aprender. Aliar os temas estudados em sala de aula com estudo de campo, não só para observar datas e acontecimentos, mas para analisar em profundidade como o homem agiu para impor suas ações de transformação e apropriação da natureza e assim perceber os usos que ele fez da mesma. Por que não “ler a história na paisagem”?

Um professor de história assim como

Um historiador ou cientista social pode, por exemplo, distinguir (a) uma floresta nativa madura de (b) uma floresta secundária (capoeira) renascida depois de um desmatamento total, ou de (c) uma floresta apenas parcialmente derrubada ou, ainda, de (d) um reflorestamento. Cada tipo de floresta indica usos humanos distintos, recentes ou remotos, com antecedentes e conseqüentes ambientais relevantes. (DRUMMOND, 1991, p. 184).

Portanto, incentivado pelo professor, o aluno pode construir uma consciência histórica crítica e utilizar a seu favor os aportes da história ambiental de modo que consiga uma renovação do conteúdo de história e portanto, gerar novas problemáticas, apreender novas histórias a partir de novos olhares e sujeitos, inclusive o meio ambiente. Como conseguiu, Warren Dean que em seu livro “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira” que consegue produzir uma narrativa que relaciona a ação humana de índios, missionários, mineradores, portugueses, entre outros, e as apropriações que fizeram sobre a mata atlântica, a protagonista que foi “amaldiçoada”.

Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que, a 22 de abril de 1500, alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano nos 17 graus de latitude sul, foi derrubar uma árvore. Do tronco desse sacrifício ao machado de aço, confeccionaram uma cruz rústica - para eles, o símbolo da salvação da humanidade. [...] Os indígenas, que inocentemente se irmanaram com eles naquela praia, não faziam idéia, tal como as árvores às suas costas, da destruição que essa invasão causaria. Esse evento memorável da história da humanidade — o fim de milênios de separação entre os dois maiores contingentes de população da espécie — foi também o mais trágico. (DEAN, 1996, p. 59)

E Dean continua:

A Mata Atlântica os deixava impassíveis ou atônitos. Por diversas vezes penetraram-na, e traziam apenas relatos delirantes sobre esmeraldas e ouro. Produziram tamanha devastação entre seus irmãos que, no prazo de um século, quase todos aqueles com quem haviam se deparado estavam mortos e suas sociedades em ruínas. Esse foi o começo, a fundação do povoamento, da colonização e do império, de uma civilização transferida e imposta. (DEAN, 1996, p. 60)

O texto continua, poderíamos citar parte a parte. De fato, ele construiu uma narrativa da história do Brasil diferente, percebendo a vida da natureza que pulsava e que sofreu as conseqüências da chegada do português. Ora, em muitos livros de história, didáticos ou não, a natureza não existe, onde caberia existir. No máximo, esta surge através uma praia, pano de fundo, que testemunhou o encontro entre brancos e índios (ou seria desencontro?).

Para o professor de história, textos como esses de história ambiental, podem facilitar um debate sobre o passado de devastação e destruição desenvolvido pela apropriação capitalista da natureza e dos recursos naturais. Lembrando que tal usurpação ainda se dá nos dias atuais em outras matas, rios, serras, etc.

Portanto, os textos dessa linha da história ou que dialogam com ela, abrem portas para outros olhares sobre o passado, possibilitando aos estudos históricos uma função social e conscientizadora da realidade.

Questões atuais, podem ser tocadas pelo passado como o desrespeito para com comunidades indígenas e a destruição das mesmas por invasores e forasteiros. Podemos citar, por exemplo, um trecho de “Floretas Anãs do sertão” de Ricardo Ferreira Ribeiro (2005, p. 129) quando diz

O território Bororo começou a ser devassado no início do século XVIII, com a descoberta de ouro em Cuiabá (Mato Grosso), para onde passam a se dirigir várias bandeiras paulistas.

Ou seja, um dos elementos desencadeadores dessas desgraças sobre os povos nativos era uma riqueza natural. Logo, diante do exposto, defendemos que a história ambiental vem contribuir com o “fazer lembrar” o que estava esquecido em muitas histórias narradas (cf. LEONARDI, 1996), dentro e fora da sala de aula: o homem e a natureza se relacionando e se impondo e se submetendo um ao outro; o homem se relacionando, em seus conflitos por espaço, por energia, por poder, dentro de uma paisagem natural que colide e ora coabita com a paisagem produzida pelo homem nas fazendas, nas vilas, nas urbes e nos seus desejos erosivos e cultura devastadora.

Referência Bibliográfica

- ALBERTIN, Petronella J. **Arte e ciência no Brasil holandês *Theatri Rerum Naturalium Brasiliae: um estudo dos desenhos***. Rev. Bras. Zool. [online]. 1986, vol.3, n.5, pp. 249-326. ISSN 0101-8175.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15/UnB, 1996.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-187.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.